

## **Perspectivas para a Sustentabilidade: Um Desafio na Região Autónoma dos Açores**

S. Costa<sup>1</sup>, P. Santana<sup>1</sup>, G. Lobo<sup>2</sup>, J. Almeida<sup>1</sup>, F. Castro<sup>1</sup>, P. Gonçalves<sup>1</sup>, S. Almeida<sup>1</sup>, R. Nogueira<sup>3</sup>, E. Carqueijeiro<sup>4</sup>, A. Brito<sup>3,†</sup>

*Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Biológica  
Campos de Gualtar, 4710-057 Portugal*

### RESUMO

O desenvolvimento sustentável assume a protecção e gestão otimizada dos recursos naturais, mas também implica, necessariamente, o desenvolvimento económico e social. O modelo de desenvolvimento a implementar deve permitir a formulação e aplicação de uma estratégia assente em pressupostos de sustentabilidade, assumidos numa perspectiva de participação e envolvimento de todas as partes interessadas. Neste contexto, a situação periférica da Região Autónoma dos Açores potencia fragilidades e acentua vulnerabilidades, mas as especificidades existentes também proporcionam possibilidades de diferenciação que podem (devem) concretizar oportunidades privilegiadas para a implementação de uma estratégia inovadora de desenvolvimento. É neste sentido que importa concretizar na Região Autónoma dos Açores os desideratos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável e acautelar a incorporação das especificidades regionais em futuras revisões da mesma, desiderato para o qual pretenderam contribuir os Estudos de Base do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores (PReDSA) (<http://sram.azores.gov.pt/predsa>).

### INTRODUÇÃO

O século XX foi, reconhecidamente, um período de significativos progressos tecnológicos, económicos e sociais, ainda que muitas vezes associados a uma intensa pressão sobre os recursos naturais. Nesse contexto, o desafio actual reside em articular uma economia tecnologicamente evoluída com uma sociedade mais equitativa, melhorando a produtividade dos recursos e dissociando o crescimento económico da degradação do meio ambiente, de forma a estabelecer uma situação de equilíbrio entre as variáveis ambientais e os aspectos sociais, económicos e institucionais (Figura 1). Este paradigma é a base do conceito de desenvolvimento sustentável, que tem evidenciado a convergência de interesses de diversos domínios do conhecimento. Os instrumentos metodológicos para auxiliar a concretização prática deste tipo de abordagem têm conhecido desenvolvimentos significativos nas últimas décadas e, entre eles, merecem destaque os planos estratégicos com expressão territorial ou

---

<sup>1</sup> Investigador

<sup>2</sup> Aluno de Doutoramento

<sup>3</sup> Professor

<sup>4</sup> Director Regional do Ambiente, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar dos Açores

† [agbrito@deb.uminho.pt](mailto:agbrito@deb.uminho.pt)

sectorial e os processos de certificação a nível da actividade industrial e de outras tipologias organizacionais, designadamente municípios e regiões.

Neste contexto, mas com uma perspectiva mais integradora, estão a decorrer os trabalhos de elaboração da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável e do respectivo Plano de Implementação, tendo a Região Autónoma dos Açores entendido promover o desenvolvimento de uma abordagem *bottom-up* para a efectivação da Estratégia, a qual recebeu a designação de Estudos de Base do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores (PReDSA). O trabalho tem sido orientado pela Direcção Regional do Ambiente/Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, com execução a cargo de uma equipa técnica coordenada pela Universidade do Minho e materializa o esforço do Governo Regional na integração das especificidades regionais nesse processo e na promoção do envolvimento dos diversos agentes da sociedade açoriana.

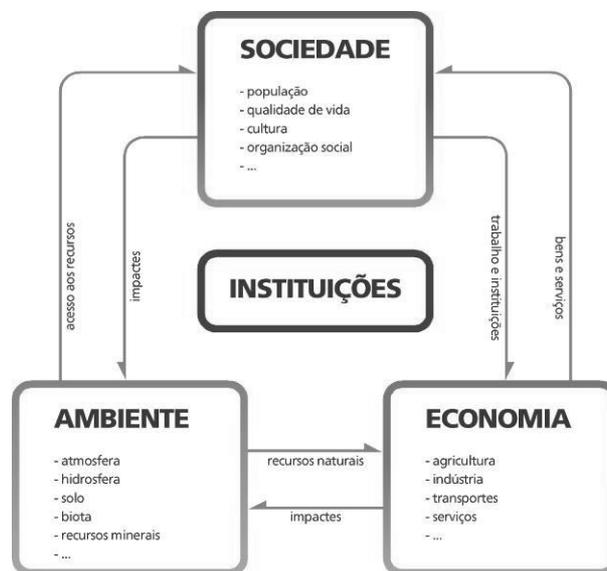


Figura 1 – Dimensões da sustentabilidade

## 1. DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

A implementação de um processo de desenvolvimento sustentável requer um suporte de informação de base que permita estabelecer a situação actual e avaliar perspectivas de desenvolvimento, a partir das quais se poderá evoluir de forma mais coerente para a respectiva fase de operacionalização. É esse o propósito assumido pelos Estudos de Base que constituem, acima de tudo, um contributo para a discussão e desenvolvimento de algumas ferramentas que poderão facilitar a prossecução e avaliação da sustentabilidade na Região.

Neste sentido, os Estudos de Base do PReDSA contemplam as componentes que, seguidamente, se descrevem de forma sucinta.

## 1.1. Situação de Referência – Analisando o Presente

O primeiro passo necessário para a definição de um processo de desenvolvimento sustentável é o conhecimento da situação que configura o ponto de partida para a abordagem a esse desafio. Assim, esta componente pretende contribuir para o diagnóstico de diferentes vectores que caracterizam a Região Autónoma dos Açores na perspectiva da sustentabilidade, procurando identificar os problemas, os constrangimentos e as oportunidades que fundamentarão as linhas de actuação a prosseguir.

Neste contexto, a análise do desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores baseia-se fundamentalmente numa proposta de Sistema Regional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, através da qual procura contribuir-se para o diagnóstico das dimensões ambiental, económica, social e institucional, tendo em conta análises temporais, espaciais e de *benchmarking* com outras regiões/países. Esta análise é complementada com a avaliação de índices de sustentabilidade, como o *Dashboard of Sustainability* do International Institute for Sustainable Development (que consiste numa metodologia gráfica de análise do estado de desenvolvimento de um determinado sistema, neste caso relativamente à sustentabilidade do território, tendo por base a comparação de indicadores entre as várias regiões/países que constituem a amostra), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas ou a Pegada Ecológica do *Redefining Progress*.

Os descritores contemplados na análise da situação de referência, desenvolvidos em 68 indicadores, são os seguintes:

- dimensão ambiental: atmosfera, solo e ordenamento do território, água, biodiversidade, resíduos
- dimensão económica: macroeconomia, sectores económicos (agropecuária, pesca, turismo, energia, indústria, transportes)
- dimensão social: população, saúde, educação, habitação, segurança
- dimensão institucional: gestão institucional e local, sociedade de informação e participação, investimento e despesa, gestão de riscos

Neste contexto, as diversas ferramentas de análise são apresentadas em blocos de informação distintos mas complementares, organizados por descritor e complementados com elementos resultantes de iniciativas de participação pública, de forma a permitir uma análise integrada dos diferentes vectores ambientais, económicos, sociais e institucionais que constituem a realidade açoriana (a Figura 2 apresenta uma síntese dos resultados obtidos nessa avaliação).

Dimensão Ambiental		Dimensão Económica	
INDICADOR	AVALIAÇÃO	INDICADOR	AVALIAÇÃO
Emissão de GEE		PIB <i>per capita</i>	
Concentração de poluentes atmosféricos em áreas urbanas		VAB por sectores económicos	
Usos do solo		Balança comercial	
Concelhos com Plano Director Municipal		Taxa de crescimento empresarial	
Orla costeira com Plano de Ordenamento		Solo arável	
Intensidade de exploração de água		Utilização de agroquímicos	
Qualidade das águas superficiais		Produção biológica	
Qualidade das águas subterrâneas		Encabeçamento pecuário	
Qualidade das águas costeiras		Intensidade de exploração de recursos piscícolas	
Necessidades por tipo de utilizador		Capacidade de alojamento	
População servida por água com qualidade adequada		Intensidade turística	
População servida por sistemas de drenagem e tratamento adequado de águas residuais		Consumo de energia eléctrica <i>per capita</i>	
Espécies ameaçadas e protegidas		Produção de energia eléctrica proveniente de FER	
Áreas protegidas e classificadas		Intensidade energética	
Produção de resíduos sólidos urbanos		Produção industrial	
Produção de resíduos industriais		Utilização de transportes públicos	
Recolha selectiva e reciclagem de resíduos		Taxa de motorização	

Dimensão Social		Dimensão Institucional	
INDICADOR	AVALIAÇÃO	INDICADOR	AVALIAÇÃO
Densidade populacional		Entidades certificadas	
Taxa de envelhecimento		Implementação de Agendas 21 Locais	
Taxa de dependência		Imprensa escrita	
Taxa de crescimento populacional		Taxa de acesso à internet	
Taxa de desemprego		Absentismo eleitoral	
Emprego por sectores de actividade		Orçamento público para a promoção da qualidade ambiental	
Taxa de equidade salarial por género		Orçamento público para o desenvolvimento da agro-pecuária	
Taxa de mortalidade infantil		Orçamento público para o desenvolvimento das pescas	
Esperança média de vida		Orçamento público para o desenvolvimento turístico	
População infantil vacinada contra doenças infecciosas		Orçamento público para o sector energético	
Taxa de população por serviços de saúde		Orçamento público para o sector dos transportes	
População com o ensino secundário completo		Orçamento público para o sector da saúde	
Taxa de analfabetismo		Orçamento público para o sistema educativo	
Taxa de alunos por docente		Orçamento público para a segurança social	
Taxa de infra-estruturas culturais		Orçamento público para Investigação & Desenvolvimento	
População em habitação precária		Perdas humanas e materiais devido a desastres naturais	
Taxa de criminalidade		Planos de emergência	

avaliação positiva	avaliação intermédia	avaliação negativa	insuficiência de dados	avaliação não aplicável

Figura 2 – Avaliação qualitativa da situação de referência

## 1.2. Cenários e Visões – Explorando o Futuro

O contributo dos “Estudos de Base” para a reflexão destas e de outras questões é efectuado através da discussão de cenários alternativos (Figura 3), cuja formulação obedeceu a uma metodologia baseada em imagens extremadas e hipóteses contrastadas. A cada cenário foi associado um conjunto de forças motrizes dominantes (factores chave no presente que podem condicionar o desenrolar dos acontecimentos no futuro), uma narrativa das suas principais características e um diagrama causal relacionando as forças motrizes com os eventos e acções mais relevantes associadas a cada situação.

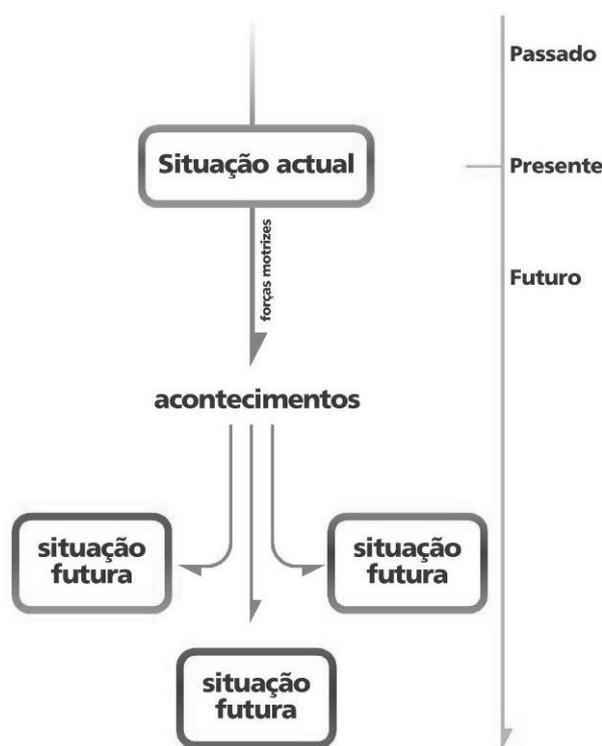


Figura 3 – A situação actual pode dar origem a várias hipóteses alternativas de futuro

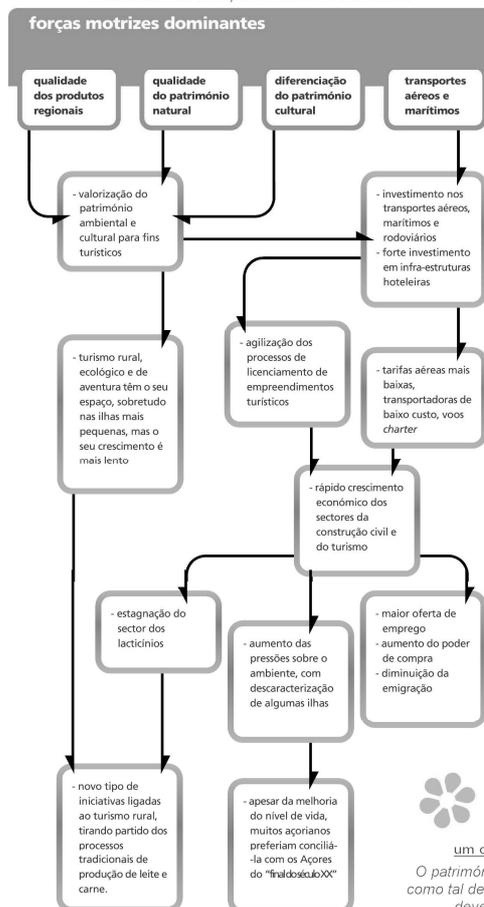
Os cenários propostos, que contemplam aspectos propositadamente polémicos e, portanto, úteis para discussão, constituem apenas futuros hipotéticos, embora recorram a aspectos facilmente identificáveis da realidade açoriana e sejam internamente coerentes, ou seja, com relações causa-efeito. Note-se que um cenário não é uma previsão nem pretende representar uma projecção de tendências passadas (esse tipo de abordagem será adequado para algumas análises sectoriais de curto prazo, mas não se enquadra em contextos de longo prazo, complexos e de elevada incerteza). Não obstante, a discussão de cenários constitui um exercício de cidadania que pode motivar a definição de um modelo de desenvolvimento equilibrado e promover a obtenção de consensos e prioridades estratégicas. A Figura 4 apresenta os diagramas causais para cada um dos cenários de desenvolvimento, reportados ao ano horizonte de 2030.

## cenário hotelândia



um cenário baseado no desenvolvimento turístico

É necessário potenciar a qualidade dos produtos regionais e dos patrimónios natural e cultural em termos de aproveitamento turístico. Para tal, há uma aposta muito forte em infra-estruturas hoteleiras e de transportes aéreos e marítimos.

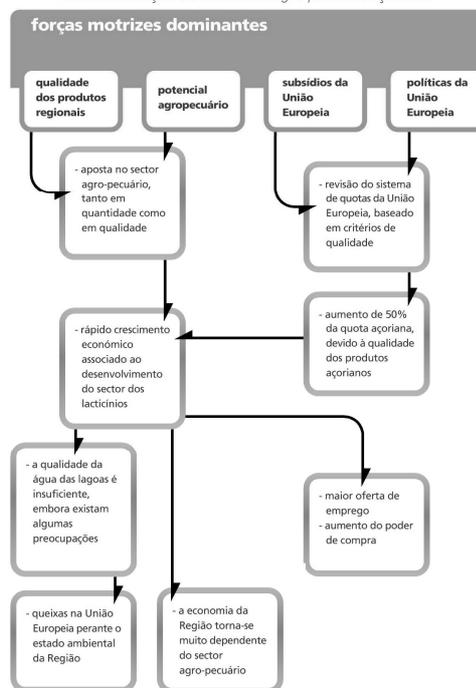


## cenário lactogenia



um cenário baseado no desenvolvimento agro-pecuário

Os fundos provenientes da União Europeia devem ser aproveitados para um aumento da produção de produtos regionais de qualidade provenientes do sector dos lacticínios e da carne, que são uma imagem de marca da Região. Esta aposta estratégica deverá resultar na intensificação da actividade agro-pecuária açoriana.



## cenário ecotopia



um cenário baseado na protecção do património natural

O património natural é aquilo que os Açores têm de mais precioso e como tal deve ser salvaguardado e valorizado. O potencial geotérmico deve ser optimizado e os riscos geológicos minimizados.

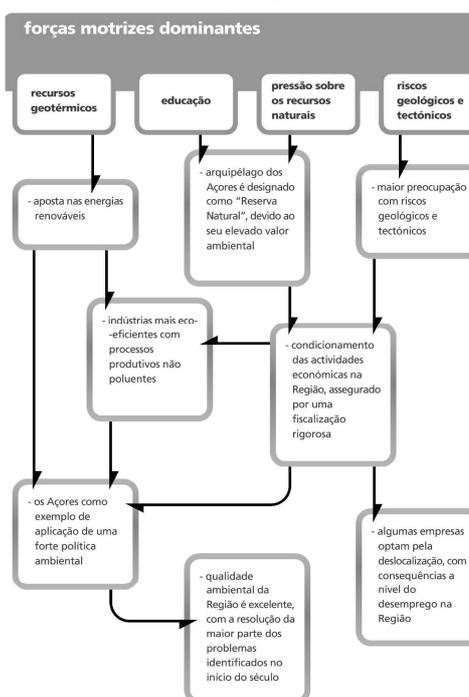
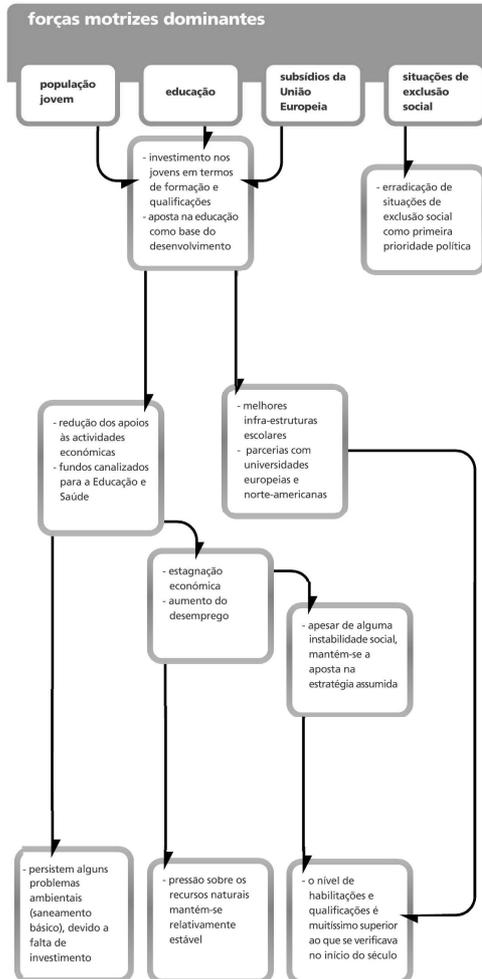


Figura 4 – Diagramas causais dos cenários de desenvolvimento elaborados

um cenário baseado no desenvolvimento social

O investimento prioritário deve ser nas pessoas. A exclusão social deve ser imediatamente erradicada da Região e o desenvolvimento deve ser baseado na educação e na segurança social, para onde passam a ser preferencialmente canalizados os fundos provenientes da União Europeia.



um cenário baseado numa aposta na sociedade de informação

O isolamento geográfico é uma realidade difícil de contornar, mas isso não significa que os Açores tenham que ficar isolados do Mundo. Hoje vivemos efectivamente na "Aldeia Global", com ferramentas de comunicação que eliminam fronteiras naturais e artificiais. Aposta nas novas tecnologias de informação para aproximar os Açores do Mundo, inclusivamente da comunidade emigrante.

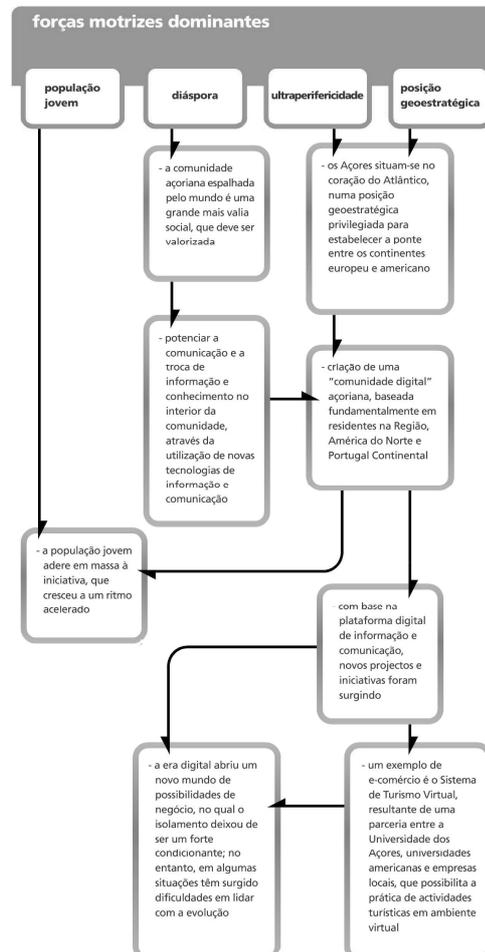


Figura 4 – Diagramas causais dos cenários de desenvolvimento elaborados (continuação)

A análise e discussão destes e de outros cenários de desenvolvimento proporcionam uma oportunidade para a identificação de questões chave sobre as quais é necessário reflectir e assumir opções estratégicas, tendo em conta a avaliação das respectivas consequências e a correspondente procura de soluções ambientalmente correctas, socialmente justas e economicamente eficientes. Neste contexto, o website dos “Estudos de Base” (<http://sram.azores.gov.pt/predsa>) disponibiliza um questionário on-line para participação estruturada de todos os interessados na reflexão e discussão dos cenários de desenvolvimento apresentados e de algumas questões chave para o desenvolvimento regional, que deverá continuar disponível durante o período de elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável.

É esse o quadro no qual a intervenção da comunidade e dos seus diversos agentes deve permitir definir e consolidar a visão partilhada de desenvolvimento a longo prazo para os Açores (Figura 5). A quantificação desta visão poderá posteriormente contribuir para o estabelecimento de metas regionais para o desenvolvimento sustentável.

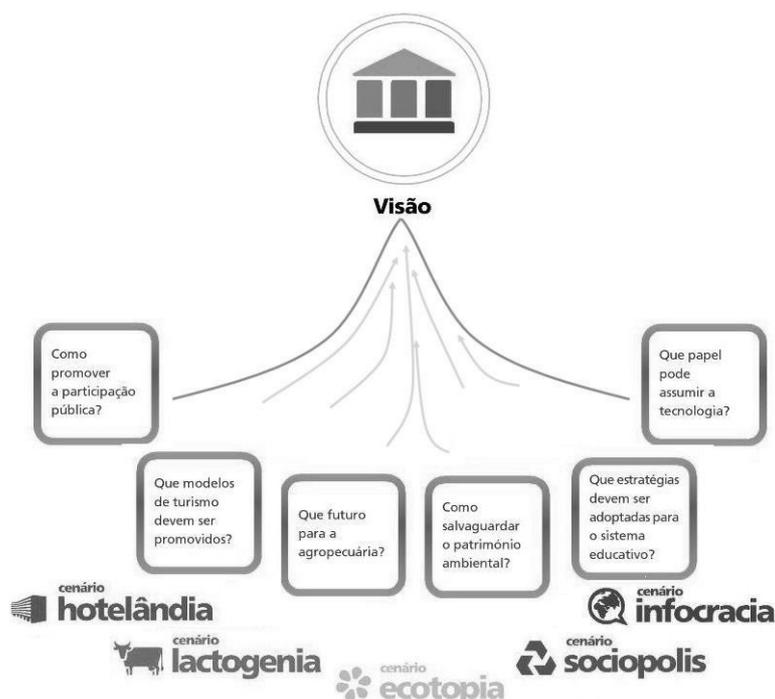


Figura 5 – Discussão de cenários como ferramenta para a definição de uma visão partilhada de desenvolvimento

### 1.3. Proposta para a Implementação – Construindo o Amanhã

O desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores pretende internalizar a protecção do ambiente e assegurar a coesão social e cultural no quadro da sua expressão insular, territorialmente dispersa. Assim, a definição do desígnio (missão) e das prioridades estratégicas para a sustentabilidade baseiam-se, mas não se esgotam, nos problemas do presente e concretizam a partilha de uma *visão* de futuro para a Região. Essa visão comum, esse desígnio regional integrado num único paradigma, é identificada como a missão para a Qualidade, conceito entendido como indissociável da sustentabilidade. Neste quadro, e tendo em conta o conjunto de reflexões efectuadas, apresentam-se de seguida os pontos focais considerados intrínsecos ao desígnio da Qualidade, sob a forma de “10+1 Prioridades para a Sustentabilidade dos Açores”:

1. O investimento prioritário é nas pessoas
2. Uma economia regional baseada em vantagens competitivas
3. A componente ambiental é o factor de diferenciação nuclear dos Açores
4. O conhecimento e a inovação são instrumentos de Valor
5. O património cultural, social e religioso é o espírito da Região
6. A sustentabilidade energética como exemplo do saber açoriano
7. Os riscos geológicos e tectónicos podem ser minimizados
8. Pensar globalmente, decidir regionalmente e agir localmente
9. As práticas de governação devem aproximar-se dos cidadãos
10. Os Açores devem estar no centro da Europa, perto da América e com a Macaronésia
- 10+1. Das palavras à acção

O conhecimento e as opiniões recolhidas ao longo da elaboração do trabalho, bem como todo o conjunto de documentos consultados durante a sua execução, constituíram a base para a selecção destas propostas. O seu âmbito e conteúdo são certamente discutíveis mas,

ainda assim, constituem um primeiro quadro de referência, essencialmente operacional, para a tomada de decisões. A estrutura de cada uma das prioridades pretendeu-se simples e concisa, para isso integrando uma síntese de enquadramento/orientação e três objectivos gerais. Em regra, os objectivos gerais foram entendidos como emblemáticos das linhas de orientação e, sempre que possível, contemplaram indicadores de avaliação para os anos de referência 2015 e 2030, bem como a respectiva articulação com os objectivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. A descrição completa das “10+1 Prioridades para a Sustentabilidade dos Açores” pode ser consultada na publicação disponível no *website* dos Estudos de Base.

Por outro lado, importa reforçar que o desenvolvimento sustentável é matéria (sobretudo) da responsabilidade de toda a sociedade e não apenas das instituições públicas. No entanto, é certo que será necessário coordenar a participação e envolvimento do Estado – a nível da administração regional e da administração local – bem como de todas as partes interessadas (cidadãos, empresas e outros agentes económicos, partidos políticos, organizações não-governamentais, associações profissionais, instituições de investigação e desenvolvimento, ...). Esse papel pode ser catalisado por uma unidade orgânica, colocada sob a alçada directa da Presidência do Governo Regional e articulada com as entidades a nível local, sugerindo-se, para esse efeito, a constituição de uma Agência Regional para o Desenvolvimento Sustentável.

#### 1.4. Participação Pública – Uma Componente Transversal

O desenvolvimento sustentável deve ser fortemente marcado por um processo participativo e pelo exercício da cidadania, não se esgotando em procedimentos formais, administrativos e/ou de consulta. O envolvimento da sociedade deve ser estimulado e considerado em todas as fases, desde a obtenção de uma visão partilhada, ao processo de tomada de decisão, à delegação de responsabilidades nas acções, à avaliação e à respectiva revisão. Nesta matéria, a participação pública deve ser a mais alargada e abrangente possível, envolvendo todos os poderes políticos, as instituições governamentais e não governamentais e a sociedade civil (incluindo associações humanitárias, desportivas, recreativas, culturais, ambientais, de solidariedade social, cooperativas, fundações, entre outras).

Os Estudos de Base procuraram contribuir para o processo de envolvimento da população na dinâmica do desenvolvimento sustentável, promovendo uma maior disponibilidade dos cidadãos para se integrarem em futuros processos de participação pública. Assim, A estratégia de envolvimento da população contemplou a promoção de acções como a criação de um *website* na internet, a realização de sessões de trabalho (*workshops*) e a promoção do concurso escolar “Açores 2030”.

##### *Website na internet*

O *website* do projecto na *internet* possibilitou a disponibilização permanente de toda a informação relativa aos trabalhos em curso, constituindo simultaneamente um fórum de debate e um meio privilegiado para auscultar críticas e sugestões, função que continuará a assegurar como interface de participação pública.

##### *Sessões de trabalho (workshops)*

As sessões de trabalho constituíram uma das principais ferramentas de envolvimento directo da população no âmbito dos Estudos de Base. O seu objectivo consistiu na familiarização de diversos sectores da sociedade açoriana com as temáticas associadas à sustentabilidade, privilegiando uma abordagem directa e ensaiando metodologias de trabalho

que permitam, num processo mais alargado, estabelecer uma visão consensual de desenvolvimento para os Açores. Simultaneamente, e de acordo com os princípios definidos na Agenda 21, procurou enquadrar-se a leitura dos dados numa escala de proximidade, de forma a divisar estratégias de resolução dos problemas identificados com base numa análise directa e local das questões que afectam o dia-a-dia das populações. Neste contexto, a Figura 6 apresenta alguns aspectos relacionados com a avaliação dos eventos por parte dos participantes.

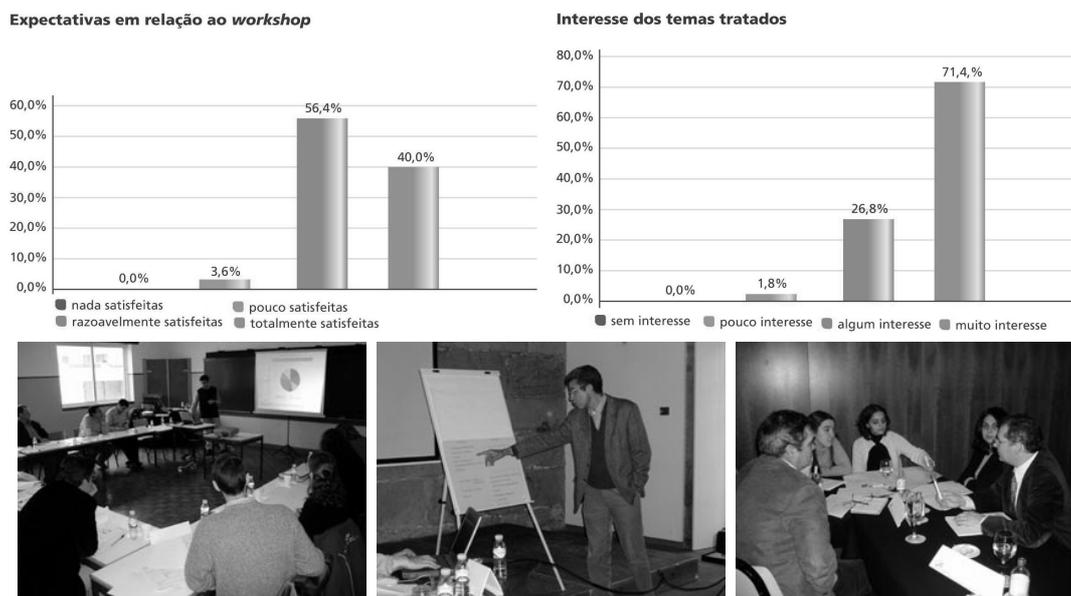


Figura 6 – Alguns aspectos das sessões de trabalho realizadas nos Açores

### Concurso “Açores 2030”

Sendo o desenvolvimento sustentável um processo eminentemente voltado para o futuro, cujos resultados são sentidos mais a médio e longo prazo do que no imediato, era forçoso dedicar especial atenção às camadas mais jovens da população.

Deste modo, e numa vertente marcadamente pedagógica, foi lançado, numa acção promovida pela Direcção de Serviços de Promoção Ambiental da Direcção Regional do Ambiente, o concurso “Açores 2030”, destinado à população escolar dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, bem como aos alunos do ensino secundário. O objectivo do concurso foi alertar os jovens para a temática do desenvolvimento sustentável e, por via destes, alcançar os seus agregados familiares na abordagem do tema, de forma a encetar um processo de diálogo, preparando o terreno para um exercício de cidadania informado, atento e responsável.

### Envolvimento de Órgãos Consultivos

Auscultaram-se órgãos consultivos independentes de referência, nomeadamente o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CRADS) e o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), para além de um painel multidisciplinar de personalidades.

### Outras iniciativas de divulgação e participação

Para além das referidas iniciativas, procurou divulgar-se o projecto e respectivos resultados em órgãos de comunicação social, em congressos, em publicações técnicas e em folhetos de divulgação.

## Processo formal de Participação Pública

Para além de incorporar directamente os contributos de diversos técnicos e cidadãos, os trabalhos foram estruturados de forma a estimular a discussão sobre questões relacionadas com a sustentabilidade da Região Autónoma dos Açores, abordagem cujos resultados foram patentes durante o período formal de participação pública (que decorreu nos meses de Setembro e Outubro de 2005).

As diversas iniciativas de participação pública referidas procuraram divulgar a utilização de indicadores como ferramentas de monitorização do desenvolvimento, obter dados para o ensaio de uma visão partilhada e identificar pontos fortes/fracos e oportunidades/ameaças (análise SWOT) para o desenvolvimento do arquipélago (a Figura 7 apresenta um resumo dos resultados obtidos para esta última ferramenta, que foram utilizados, por exemplo, para definir as forças motrizes dos cenários apresentados anteriormente). Refira-se ainda que os trabalhos efectuados pelos participantes nas diversas iniciativas de participação pública resultaram directamente em alguns dos elementos apresentados na publicação que consubstancia o corolário dos *Estudos de Base*.

Açores 2003	
<b>pontos fortes</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- posição geoestratégica</li><li>- potencial energético endógeno</li><li>- população jovem</li><li>- baixo desemprego</li><li>- qualidade de vida</li><li>- qualidade dos produtos locais</li><li>- potencial para actividades de lazer</li><li>- qualidade do património natural</li><li>- diferenciação do património cultural</li></ul>	<b>pontos fracos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- sistema de transportes</li><li>- isolamento</li><li>- descontinuidade geográfica</li><li>- emigração</li><li>- multiplicação de infra-estruturas</li><li>- dependência económica</li><li>- conservadorismo</li><li>- reduzida formação técnica</li><li>- fragilidade dos sistemas ambientais</li></ul>
<b>oportunidades</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- imigração</li><li>- financiamentos comunitários</li><li>- investimento estrangeiro</li><li>- acordos internacionais</li><li>- mercado para produtos regionais</li><li>- mercado para ecoturismo</li><li>- exploração de recursos hidrotermais</li><li>- redes de investigação científica</li><li>- potencial de recursos do mar</li></ul>	<b>ameaças</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- extinção de sectores tradicionais</li><li>- assimetrias intra e inter-regionais</li><li>- custos com educação e saúde</li><li>- riscos naturais e antropogénicos</li><li>- redução da ZEE</li><li>- concorrência aos produtos regionais</li><li>- descaracterização ambiental</li><li>- descaracterização cultural</li><li>- transposição legislativa desajustada</li></ul>

Figura 7 – Análise SWOT (com base no trabalho dos participantes nos *workshops*)

## 2. CONCLUSÕES

O envolvimento e a participação activa da comunidade na obtenção, análise e difusão de informação, bem como o entendimento da sustentabilidade como uma visão orientada para a melhoria contínua do desempenho ambiental, económico e social, são duas das coordenadas de orientação que devem nortear o desenvolvimento de qualquer território.

O conjunto de matérias que constituiu o âmbito do trabalho efectuado revelou-se, em alguns casos, claro e objectivo, mas noutros relativamente opaco e com um elevado grau de incerteza, dualidade própria de novos conceitos a operacionalizar como são, na verdade, os da sustentabilidade. Deve reconhecer-se que, em diversos casos, os dados disponíveis para efectuar uma avaliação de índole mais quantitativa revelaram-se manifestamente insuficientes e, certamente, um esforço de obtenção de informação mais fiável e desagregada será vantajoso em futuros projectos. Assume-se também que a participação pública deveria ter sido mais ampla, mas o esforço efectuado nesse sentido foi limitado pela disponibilidade de recursos.

Não obstante os condicionalismos assumidos, resultantes na sua maioria do estado ainda pouco consolidado das metodologias para concretizar este tipo de abordagem, julga-se

que a presente iniciativa foi claramente positiva. Para esse facto contribuiu o entusiasmo colocado pelos especialistas e não especialistas nos vários eventos e trabalhos efectuados no âmbito dos Estudos de Base, constituindo a qualidade dos contributos recebidos o aspecto mais determinante para atingir o cumprimento dos objectivos propostos.

## AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Direcção Regional do Ambiente toda a colaboração prestada e expressa-se o reconhecimento por todos os contributos recebidos no âmbito dos Estudos de Base – nomeadamente nas sessões de trabalho (*workshops*), no Concurso “Açores 2030” e no envio de textos técnicos, artigos de opinião e desenhos – que muito enriqueceram o livro “Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores”, que sintetiza o trabalho desenvolvido.

## REFERÊNCIAS

Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Direcção Regional do Ambiente, *Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores*, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Horta (2006).

Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento, *O nosso futuro comum*, Méribérica/Liber Editores Lda (1991).

European Environmental Agency, Scenarios as tools for international environmental assessments, Experts’s corner report, Prospects and Scenarios N° 5, *Environmental issue report N° 24*, EEA, Copenhaga, Dinamarca (2001).

Gallopín, G., Hammond, A., Raskin, P. e Swart, R., Branch Points: Global Scenarios and Human Choice, *PoleStar Series Report n° 7*, Global Scenario Group, Stockholm Environmental Institute, Suécia (1997).

International Institute for Sustainable Development, *Assessing Sustainable Development – Principles in Practice*, Canada (1997).

Meadows, D.H.; Meadows, D.L.; Randers, J.; Bechrens, W, *Limits to growth*, Universe Books, Nova Iorque, Estados Unidos da América . (1972).

Pereira, A., Funtowicz, S. e Quintana, S., VISIONS – Adventures into the Future, *The VISIONS project at the JRC: Final Report*, ENV4-CT97-0462, Joint Research Centre, Ispra, Itália (2001).

United Nations Department of Economic and Social Affairs, *Guidance on Preparing a National Sustainable Development Strategy*, Acra, Gana (2002).